

REQUERIMENTO Nº , de 2015
(Da Sra. Júlia Marinho)

Requer realização de Audiência Pública, para discutir a situação atual do licenciamento da Usina de São Luiz do Tapajós no estado do Pará.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados requeiro que ouvido o Plenário, a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia-CINDRA realize Audiência Pública, para discutir a situação atual do Licenciamento da Usina de São Luiz do Tapajós, no estado do Pará.

Nesse sentido, solicito que sejam convidados:

- Representante do Ministério do Meio Ambiente
- Representante do IBAMA
- Representante do ICMBio
- Representante da ELETROBRÁS, senhor Valter Luiz Cardeal da Silva
- Presidente da FUNAI

JUSTIFICATIVA

A proposta de criação da Usina de São Luiz do Tapajós tem criado grandes debates contrários a sua instalação entre as populações indígenas e ribeirinhas e municípios que serão diretamente afetadas pelo projeto final de construção desta usina. Conforme noticiado pela imprensa é sabido que o órgão de licenciamento ambiental está solicitando uma reformulação do estudo de impacto ambiental em mais de cem pontos, considerados irregulares sob o aspecto do licenciamento.

É de conhecimento também que moradores da comunidade ribeirinha do município de Pimentel, ainda não tiveram seus cadastros solucionados, pairando dúvidas sobre a forma que o mesmo foi feito. Outra questão se reporta a diminuição dos peixes na região afetada o que compromete de forma direta a segurança alimentar dos povos envolvidos, sendo que o pescado é a principal fonte de alimento como também fonte de subsistência.

Saliento que tem-se noticiado que o próprio órgão responsável pelos povos indígenas, a FUNAI apresentou um parecer interno considerando o projeto da usina como inviável, além de que os municípios envolvidos até hoje não se manifestaram oficialmente sobre os impactos que os mesmos sofrerão com a implantação da usina.

Por fim a ELETROBRÁS já foi notificada sobre os ajustes que deverão ser providenciados e detalhados que estão relacionados aos problemas técnicos que vão desde a localização da barragem como seu enchimento causado pelo Rio Tapajós.

Sendo assim cabe a esta Comissão, em defesa dos interesses das populações que serão afetadas, ouvir os órgãos responsáveis pelo licenciamento desta obra, para que os impactos sociais e ambientais não venham ocorrer e afetar mais ainda estas populações que serão diretamente prejudicadas com este empreendimento.

Sala da Comissão, em

abril de 2015.

Deputada **JÚLIA MARINHO**
(PSC/PA)